

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

30/04/2016

Aos trinta dias do mês de abril do ano de 2016, às quatorze horas e vinte minutos em segunda e última chamada, reuniram-se os AMOB-ASSOCIAÇÃO PRO MORADIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL, conforme lista de presença anexo, em Assembleia Geral Ordinária, para tratar dos assuntos, conforme Edital de Convocação afixado dentro do prazo legal. Inicialmente o Síndico convocou os candidatos para presidente e secretário. Apresentou-se para presidir o Sr. Ricardo Felix Santana e para secretário o Sr. Luiz Claudio Godoy Elbel. O Presidente iniciou com a leitura do Edital. Em seguida o Presidente solicitou a inversão de pauta para iniciar com a apresentação dos convênios do Movimento Comunitário do Jardim Botânico (MCJB) pelo Sr Ilton vice-presidente do MCJB. A apresentação descreveu o Programa de Convênios e Descontos do MCJB e a sua forma de utilização. Foi informado que a AMOB é associado mantenedor e todos os associados da AMOB são sócios vinculados do MCJB. Foi destacado que existe uma necessidade de aumentar o uso dos benefícios para que os empresários tenham retorno com os descontos já firmados e com os que estão em negociação. Informou que existem dois tipos de forma de acesso aos benefícios e descontos, cupom ou carteirinha. Como ocorreu questionamento sobre a disponibilização de dados dos associados para a confecção das carteirinhas pelo MCJB, identificou-se a necessidade de outras estratégias. A alternativa apresentada é a confecção pelas próprias entidades associadas com a disponibilização pelo MCJB do arquivo para confecção. A Sra. Maria Inês perguntou se seria possível o apoio no projeto de arborização da AMOB. O Sr Ilton informou que foi firmado de uma parceria com o Jardim Botânico de Brasília e uma das propostas e a adoção do viveiro que está parado. A Sra. Rose, Presidente do MCJB, informou que foram formadas comissões e uma delas é a ambiental, que é aberta a quem quiser participar. Informou que o viveiro está abandonado e uma das propostas é o trabalho voluntário. O Sr Ricardo Rodrigues informou que mora na Califórnia – USA em um condomínio que já tem vários pontos de sustentabilidade. Informou que existia na AMOB um projeto de coleta seletiva que funcionou bem e foi interrompido e que o ideal seria a implantação no bairro como um todo. A Sra. Rose informou que o MCJB adotará o programa Cidades Sustentáveis para implementar no bairro. O Sr Henrique questionou sobre a dificuldade de emissão de alvará de construção e emissão da certidão de habite-se. O Sr Ilton informou que mora no Jardim Botânico III e que sofre com o mesmo problema. Destacou ainda que em reunião com o governo do Distrito Federal palavras do presidente da AMOB resultaram em uma mudança na postura do GDF em relação ao Jardim Botânico. O Presidente da AMOB, Sr Ricardo, mostrou o novo site da Associação e do Condomínio e colocou em deliberação a aprovação de dois itens: emissão das carteirinhas pela secretaria da AMOB e a distribuição apenas para os associados adimplentes. Foi aprovada a emissão das carteirinhas somente para adimplentes. O segundo ponto abordado foi informar sobre a emissão de Licença de Operação do Loteamento Morada de Deus. Para este ponto foi convidada a Sra. Maria Aparecida, responsável pelo empreendimento Morada de Deus que engloba o Maximo Garden, AMOB, Quatro Estações e Vila Hípica. O Presidente apresentou as informações sobre o processo de licenciamento e a situação que ele está e as compensações ambiental e florestal, que deverão ser pagas antes da emissão da licença de operação. Até o momento foi emitida apenas a licença de instalação que tem vigência até 12/2016. Os custos deverão ser rateados por todos os proprietários de lotes no AMOB. A Sra. Maria Aparecida iniciou sua fala esclarecendo que o Morada de Deus, incluindo a AMOB, não é na realidade um condomínio e sim um loteamento urbano. Por isso ela sempre orientou a AMOB que não deveria ser constituído um condomínio e sim ser mantida a associação. Ela citou como exemplos o Maximo Garden e o Quatro Estações que são associações devido a esta característica. Já a empresa Geologica será substituída como assessoria ambiental, que é uma exigência da licença de instalação. Informou ainda que mesmo depois da emissão da licença de operação o IBRAM irá exigir a emissão de relatórios ambientais. O Sr Romulo questionou se existe uma relação de condicionantes para alcançar a licença de operação. A Sra. Maria Aparecida informou que faltam poucos detalhes para a solicitação da emissão da licença. Destacou que falta a compensação ambiental e florestal. O Sr Ricardo Rodrigues questionou quem será contrato para a emissão dos relatórios ou se serão elaborados pelo IBRAM. Também questionou como seria a compensação em cada lote. Foi informado que outra empresa foi contratada para elaborar os relatórios. Quem definirá esses parâmetros será o IBRAM com o apoio da consultoria ambiental contratada. Ocorreu um levantamento florístico que será revisto pela nova empresa de assessoria ambiental. As compensações estarão associadas ao tamanho dos lotes e das áreas verdes obrigatórias. A AMOB tem uma

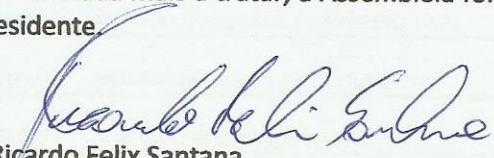
concentração de lotes superior ao necessário para atender a necessidade de áreas verdes. Como o licenciamento abrange os quatro condomínios a área total compensou essa desproporcionalidade. O AMOBB sozinho não conseguiria atender as exigências para regularização. O Sr Dirceu Reis solicitou a copia do processo e a explicação sobre a definição dos custos. Foi informado que já foi apresentado relatório que possibilitou a emissão da licença de instalação e orienta o IBRAM na definição da compensação ambiental. A Sra. Maria Aparecida informou que o IBRAM já havia definido o valor da compensação ambiental de R\$ 70.000,00, que infelizmente não foi concretizado devido à mudança do objeto que seria beneficiado com o recurso. Em comparação com outros empreendimentos semelhantes o valor é bastante favorável. No entanto, o IBRAM não deu nova opção de compensação dentro da área do Jardim Botânico. A forma de pagamento é a execução de benfeitorias em área predefinida pelo IBRAM. O Sr Tenório questionou como seria a forma de rateio dos custos entre os quatro empreendimentos. A Sra. Maria Aparecida informou que seria definido de acordo com o tamanho de cada um levando em consideração a compensação. O Sr Tenório questionou sobre a possibilidade de uso das áreas verdes para usos recreativos. A Sra. Maria Aparecida informou que existem os espaços públicos de uso publico (ELUP) que podem ser utilizados para este fim. O Sr Paulo queria solicitar a formação de uma comissão para acompanhar o desenrolar das definições e negociações. O Sr Bruno questionou sobre a possibilidade de uso comum da portaria do Quatro Estações. A Sra. Maria Aparecida informou que a existe um estudo de integração da segurança, mas não das portarias. No futuro com a instalação do Quatro Estações poderá ter uma negociação para uso comum das portarias. O Sr Paulo Duarte reiterou a necessidade discutir o rateio dos custos para manutenção da rua. A Sra. Maria Aparecida informou que o único morador aderiu a AMOBB. O Sr Ricardo colocou que a melhor solução seria a adesão de todos os proprietários até a segunda portaria do Quatro Estações. O Sr Ricardo Santana agradeceu então a presença da Sra. Maria Aparecida e encerrou a discussão do tema. Em seguida foi iniciada a análise das contas da AMOBB relativo ao ano de 2015. O Sr Ricardo Santana esclareceu que ocorreu a saída de três membros do conselho fiscal. Foram indicados três associados em situação regular de forma temporária de acordo com o Estatuto da AMOBB. A indicação será referendada na próxima assembleia extraordinária, também de acordo com o Estatuto. O Sr Ricardo Felix apresentou os balanços resumidos de receitas e despesas do ano de 2015, valores reais nas contas da AMOBB, inadimplência e projeção de recursos de acordos. O Sr Paulo pediu esclarecimento sobre o que seria a conta do clube. O Sr Ricardo Felix informou que essa foi uma estrutura que herdou da administração anterior. O Sr Ricardo Rodrigues informou que essa era uma forma que a gestão anterior tinha para gerir os recursos da AMOBB. Antes de passar a palavra para o conselho fiscal o Sr Ricardo Felix informou que os livros referentes aos meses de janeiro até abril de 2015 não foram assinados pelo conselho fiscal da gestão anterior. A Sra Sandra, conselheira fiscal, iniciou a apresentação do parecer do conselho fiscal reiterando que não foram analisadas as contas ou referentes aos meses de janeiro até abril de 2015. O Sr Henrique questionou que três membros do conselho solicitaram o desligamento e não havia informação sobre a sua recomposição. O Sr Ricardo Felix informou que o estatuto da AMOBB prevê que se até 50% dos membros solicitarem o desligamento o Presidente poderá solicitar a participação de associados adimplentes e referendar na próxima assembleia extraordinária. Tal encaminhamento já ocorreu e o ato está registrado. A Sra. Sandra então iniciou a sua apresentação informando que foram analisados os livros de maio até dezembro de 2015. Informou que os documentos foram analisados de forma exaustiva. Foram constatadas algumas inconsistências de natureza formal e fiscal, além de uma relação de dúvidas. Foi também apresentada uma relação de sugestões para melhoria da gestão da AMOBB. Diante dos fatos constatados o conselho recomenda que seja dado prazo de 30 dias para adequação dos livros. Após este prazo o conselho solicita mais 30 dias para a análise das respostas. O Sr Ricardo Rodrigues pediu para fazer alguns esclarecimentos sobre a questão. Informou que em uma assembleia anterior as contas não foram aprovadas e se criou uma comissão que ao final foi aprovada. Recomendou a contratação de auditoria independente para análise das contas. O Sr Henrique destacou que o escritório de contabilidade deveria ser mudado antes da contratação de uma auditoria independente. A Sra. Sandra colocou que mesmo após a substituição do escritório de contabilidade a atual assessoria contábil poderá ser responsabilizada por problemas nos livros fiscais. O Sr Ricardo colocou que ficou muito tranquilo com a nova composição do conselho fiscal. Explicou que não ocorreu uma transição da gestão anterior para a atual. Também lembrou que ocorreu um acidente com a Sra. Amália na primeira semana da sua gestão. Esse fato gerou muitos problemas nos primeiros meses do mandato. Destaca a importância da rigidez da análise das contas pelo conselho fiscal. Quanto a questão do pagamento dos encargos da ajuda de custo do presidente passou a recolher desde o mês 10/2016, logo que foi

informado do problema. Agradeceu a dedicação da Sra. Sandra, do Sr Tenório e do Sr Marcelo na análise dos livros de 2015. O Sr Paulo defendeu a realização de auditoria externa e que seja de forma ampla e detalhada. O Sr Tenório destacou que a posição do conselho fiscal não tem nenhuma conotação pessoal com o Presidente da AMOBB, que recebeu bem o resultado da análise da prestação de contas. O Sr Rômulo solicitou que sejam apresentados os pontos destacados pelo conselho fiscal antes da manifestação da assembleia. O Sr Bruno Zenobio como diretor financeiro defendeu uma auditoria que seja analisada a questão de empréstimos feitos por associados para a associação, mas que não foram identificados registros. Nesse caso ocorria a isenção da taxa de condomínio que era pago pela AMOBB. Em seguida a Sra. Sandra apresentou os pontos destacados no relatório do conselho fiscal. Dentro das recomendações foi colocada a necessidade de uma melhor organização das pastas, definição do uso da ficha de encaminhamento, unificação das contas correntes, encerramento da conta da caixa econômica federal e a melhoria da gestão da administração para evitar desperdícios. A Sra. Karla questionou se o prazo de 30 dias seria suficiente para serem corrigidos os problemas apontados pelo Conselho Fiscal e se ocorreria alguma punição para a diretoria anterior por não ter sido apresentada a análise dos livros de janeiro até abril de 2015. O Sr Ricardo Santana falou que o Conselho Fiscal analisou as contas de maio até dezembro de 2015 e colocou que não via impedimento para atender o prazo proposto pelo Conselho Fiscal. Afirmou ainda que a análise da prestação de contas deixa claro o passivo assumido pela atual diretoria com várias falhas de gestão. Ocorreu a dificuldade da empresa Geológica de emitir as notas fiscais solicitadas desde outubro de 2015. O Sr Bruno reiterou que a atual diretoria praticamente teve de aprender a gestão da associação sozinha e com muitas falhas que foram sendo detectadas com o tempo. Existem também muitas falhas na documentação individual dos lotes, principalmente na questão da cadeia dominial. O Sr Henrique questionou sobre o que deveria ser feito para gerenciar o passivo assumido pela atual diretoria. A principal dificuldade seria como analisar as contas de janeiro até abril de 2015. O Sr Rafael, assessor jurídico da AMOBB, afirmou que deveria ser encaminhado para uma auditoria para o período em questionamento. Afirmou que na busca de documentos dos lotes para cobrança sentiu dificuldade na localização de documentos para subsidiar possíveis ações de cobrança. O Sr Bruno colocou que a contratação de uma auditoria serviria para dar respaldo para a análise da prestação de contas. O Sr Rômulo colocou se seriam iniciadas ações para responsabilizar o escritório de contabilidade. O Sr Ricardo Santana reafirmou que a assessoria de contabilidade falhou no acompanhamento das contas da AMOBB. Em seguida foi colocada em votação a proposta do conselho fiscal de um prazo de 30 dias para adequação pela diretoria da AMOBB e mais 30 dias para reanálise pelo Conselho Fiscal. Foram favoráveis 21 votantes, nenhuma voto negativo e nenhuma abstenção. Em seguida passou para o ponto de deliberação sobre a contratação de auditoria independente para análise da prestação de constas da AMOBB. As propostas apresentadas foram relativas ao período de 36 meses. Duas propostas foram apresentadas variando de R\$ 14.400,00 até R\$ 17.500,00. O Sr Ricardo Rodrigues solicitou esclarecimento sobre o período que seria auditado. O Sr Ricardo Santana informou que a proposta da diretoria é o período de 3 anos, ou seja, 2013, 2014 e 2015. O Sr Ricardo Rodrigues considerou que o período é pequeno, sendo necessário o início em 2008. O Sr Ricardo Felix questionou qual seria o retorno para a AMOBB em virtude da prescrição de alguns fatos. O Sr Paulo Duarte também concordou com a dilatação do período indicando períodos críticos para fazer a auditoria. O questionamento do Sr Ricardo Felix foi quem faria a definição dos períodos críticos. O Sr Bruno salientou que a extensão do prazo permitiria uma melhor análise sobre a venda dos lotes pela AMOBB. O Sr Henrique que já foram criadas taxas extras para cobrir despesas e que não concorda com aumento de nenhuma taxa. O Sr Ricardo Felix esclareceu que o edital não previa a aprovação de taxa extra e, portanto, esse ponto não poderia ser deliberado. Colocou ainda a proposta de iniciar a auditoria no mês 04/2015 retroagindo por 36 meses. O Sr Ricardo Rodrigues afirmou que o momento era uma oportunidade de um novo momento para a AMOBB e que não se oporia a pagar um valor a mais para isso. A Sra. Sandra indicou que o valor para a auditoria seria pequeno perto do retorno que poderia trazer. O objetivo da auditoria seria buscar se ocorreram inconformidades e buscar os caminhos para possíveis responsabilizações. O Sr Luiz questionou se não seria prudente determinar pontos nevrálgicos que poderiam ser apontados para facilitar a auditoria dentro dos recursos existentes. Foram então colocadas em deliberação inicialmente definindo o ano de início da auditoria. Foram apresentadas duas propostas: 2007 e 2006. Para o ano de 2007 foram 15 votos e para 2006 foram 4 votos. A segunda deliberação foi a definição de um limite para a contratação de uma empresa de auditoria. A proposta da Presidência da AMOBB foi um limite de R\$ 20.000,00. Permaneceu também a proposta de 36 meses, ou seja, 2007, 2008 e 2009, no valor levantado de R\$ 14.600,00. Ficou incluída ainda a previsão de criação de comissão para

acompanhar a contratação da empresa de auditoria. Colocada em votação a proposta de um limite de R\$ 20.000,00 recebeu 15 votos e a opção de 36 meses recebeu 9 votos. Como próximo ponto de pauta o Sr Ricardo Santana colocou a questão nomenclatura hoje utilizada para cobrança dos recursos da AMOB B. No boleto de cobrança é utilizado nome taxa da associação no valor de R\$ 55,00. No entanto, no estatuto da AMOB B é previsto como fonte de recursos mensalidade, taxa ordinária de manutenção, taxa de investimento, dentre outros. A proposta da Diretoria da AMOB B é alterar a composição para mensalidade no valor de R\$ 15,00 e uma taxa ordinária de manutenção no valor de R\$ 40,00 A justificativa é a crescente saída de pessoas da associação que poderá no futuro gerar problemas para a AMOB B. O Sr Ricardo Santana informou ainda que os principais custos da AMOB B são para pagar a assessoria ambiental, assessoria jurídica, IPTU, manutenção de computadores, dentre outros, considerados comuns a todos os proprietários de lote, independente se são associados ou não. A Sra. Estefane parabenizou a proposta e sugeriu que a mensalidade fosse de R\$ 5,00 e R\$ 50,00 para taxa ordinária de manutenção. O Sr Henrique questionou que o estatuto da AMOB B prevê que a taxa ordinária de manutenção da associação são para atender demandas da AMOB B, não podendo ser utilizado para custos comuns. O Sr Ricardo Santana discordou da posição do Sr Henrique e que existe previsão no estatuto para cobrar da forma que está sendo proposta pela Diretoria da AMOB B. O Sr Frederico fez um contraponto informando que a AMOB B tem atribuições que são comuns a todos e não pode ser extinta e existe jurisprudência para a cobrança de recursos para atender a necessidades comuns a todos os proprietários. O Sr Rian falou que considera a situação confusa e sugeriu que a questão deveria ser mais discutida. O Sr Paulo Duarte falou que o entendimento jurídico muda e não via questão pratica na eliminação do condomínio. Também sugeriu que a cobrança fosse pelo condomínio e repassado para a associação. O Sr Ricardo Santana lembrou que a convenção do condomínio não é registrada no cartório de registro de imóveis. Falou que a proposta é apenas para adequar ao previsto no estatuto da AMOB B. O Sr Ricardo Rodrigues lembrou que legalmente o que vale é a associação é não o condomínio. Falou que no futuro deveria ocorrer uma assembleia conjunta do condomínio e a associação. Ressaltou que não existe problema na adequação da nomenclatura da cobrança das taxas. Foi colocada em deliberação a proposta de desmembramento em mensalidade e taxa ordinária de manutenção que foi aprovada por unanimidade. O próximo ponto de pauta foram os investimentos em equipamentos realizados em 2016 – ajuste dos valores aprovados em 2015. O Sr Ricardo Santana apresentou as compras de equipamentos aprovada na AGO de 11/2015. Todos os itens previstos na proposta de investimento foram encaminhados, faltando apenas à entrega da tenda e a aquisição dos itens da brinquedoteca e das mesas. O Sr Ricardo Santana pediu atenção para o valor aprovado e o custo real do equipamento de som adquirido. Para esclarecer o item foi solicitada a participação do Sr Bruno Mariani que detalhou os equipamentos que foram adquiridos. Informou que o valor de R\$ 700,00 aprovados não permitiria adquirir equipamentos com as características indicadas para atender as necessidades da AMOB B. Os equipamentos indicados ficaram no valor de R\$ 4.450,00. Outro ponto importante é que os equipamentos são de fácil manuseio. Com a compra dos equipamentos ocorrerá uma economia, pois no passado ocorria a locação. Foram utilizados recursos que estavam no caixa da Associação. O Sr Bruno Zenóbio lembrou a necessidade de estipular se será cobrado o uso dos espaços e equipamentos da AMOB B, com diferenciação do valor para associados e não associados. O Sr Ricardo Santana apresentou também uma proposta de complementação de investimento em decorrência de problemas identificados. O valor total proposto para complementação foi de \$ 16.500,00, tendo como fonte recursos em caixa da AMOB B. Foi esclarecido que o investimento em calçadas seria em pequenos trechos que não foram executados por fatores diversos. Outro esclarecimento foi à diferença no valor do banheiro devido à adaptação de um dos boxes para deficiente. Um item que gerou polemica foi à instalação do forro de gesso. O Sr Ricardo Rodrigues defendeu a instalação do forro, mas recomendou a opção do forro de PVC que é mais barato. Foi colocado que o forro PVC poderia empenar com o calor. A Sra. Karla sugeriu que a porta banheiro da churrasqueira da praça seja invertida. Também sugeriu que fosse dividido por baias. O Sr Bruno Zenóbio sugeriu que o recurso para a praça seja ampliado. O Sr Ricardo Santana informou que um dos pontos da assembleia do condomínio será a aprovação de recursos para manutenção na praça. O Sr Rômulo sugeriu a aprovação por item. O Sr Ricardo Assis sugeriu a aprovação do valor global e que ocorresse o acompanhamento por parte do conselho. O Sr Ricardo Santana sugeriu que os itens referentes acessórios para o banheiro, complementação da obra do banheiro e a construção das calçadas fossem aprovados por consenso, o que ocorreu por unanimidade. Passou-se a discutir a questão do forro do galpão e a reforma na praça. O primeiro ponto colocado em votação se o investimento para a instalação será aprovado

CEP 74688-013
 1 2º Of. de Reg. de Pessoas Jurídicas
 1 Ficou arquivada cópia microfilmada
 1 sob o nº 000101237 em 22/05/2017.

imediatamente ou será adiado para uma assembleia futura. Colocado em votação 12 votos foram para inicio imediato e 4 votos foram para adiar a decisão para uma assembleia futura. Em uma segunda votação foi colocada a proposta de um limite de R\$ 8.000,00 para a instalação do forro de gesso. Aberta a votação 13 votos foram favoráveis ao limite proposto e 3 votos foram contrários. Em seguida passou-se a deliberar sobre o investimento de R\$ 4.500,00 para a reforma da praça. Colocado em votação foram 19 votos favoráveis. Foi feito adendo para a reforma priorizar os banheiros da churrasqueira. A Sra. Inês fez uma observação que ocorreu um evento na churrasqueira e que os bebedouros estavam sujos de areia. Recomendou que os pais tenham maior preocupação com os filhos quanto ao trato dos objetos comuns que estão sofrendo vandalismo. O Sr Ricardo Santana passou então para o próximo ponto de pauta que seria a proposta de mudança do sistema de iluminação pública para Led – discussão e deliberação. Foi explicado se tratar de discussão que já foi colocada na AGO de 11/2015 e que foram feitos estudos que serão apresentados. As lâmpadas hoje utilizadas são de 250w. Informou ainda que no futuro a AMOBB deviria lutar para não existir o pagamento pela iluminação pública. Foram apresentadas três propostas sendo que a que foi considerada mais vantajosa foi a da Ecoinova. A economia prevista está em torno de 70% do valor pago a CEB. Foram apresentados os dados da proposta da Ecoinova demonstrando a economia que poderá ser feita no longo prazo. Foram também apresentadas as simulações de financiamento pelo Banco do Brasil e pelo SICOOB. A deliberação que está sendo colocada é a aprovação de contratação de empréstimo para atender o investimento vinculado a aprovação pelo condomínio de destinação dos recursos hoje pago para a conta de luz e manutenção do sistema para pagar o empréstimo. Foram instalados três postes na praça e serão instalados mais dois na entrada do condomínio. O Sr Ricardo Rodrigues salientou que os postes instalados na praça demonstram a melhoria da iluminação. Recomendou ainda o estudo de instalação de placas fotovoltaicas para compensar o custo com a conta de luz em um médio prazo. O pagamento será coberto pela economia com a instalação da nova iluminação. Foi colocado se o projeto prevê a proteção com intempéries como chuva, raios e vento. O Sr Ricardo Santana ressaltou que essas garantias deverão estar no contrato, por isso a importância de fazer um bom instrumento contratual. O Sr Bruno Zenóbio colocou que deve ter preocupação com os itens que poderiam ficar fora das garantias. A Sra. Karla colocou que o prazo de cinco anos passa rápido e por isso é importante saber qual seria o custo de reposição de luminárias para saber se no futuro será alto o custo de reposição. O Sr Romulo sugeriu que sejam apresentados mais propostas de financiamento. Com a discussão apareceu à proposta de transferir a deliberação para depois da aprovação na assembleia do condomínio. Foram colocadas as duas possibilidades em votação, aprovar imediatamente ou suspender para a análise após a deliberação do condomínio. A proposta dois recebeu 18 votos e a proposta um não recebeu votos. Em seguida passou-se para os outros assuntos. O Sr Romulo colocou a questão que das casas que foram construídas coladas no muro. A proposta A proposta é criar um grupo para atuar junto a Administração Regional. O Sr Ricardo Santana sugeriu que o tema seja levado ao Movimento Comunitário que tem maior contato com a Administração Regional. O outro ponto foi sugerido pelo Sr Henrique que seria a alteração do estatuto da AMOBB. O Sr Ricardo Santana informou que já está em elaboração de uma minuta do novo instrumento que será em breve encaminhado para conhecimento de todos. Nada mais a tratar se encerrou a Assembleia. Nada mais a tratar, a Assembleia foi encerrada por mim, lavrada e assinada na condição de Secretária e pelo Presidente.


 Ricardo Felix Santana
 Presidente

2º OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
 CR3 504 EL A Lotas 07/08 - Ass. GdL
 Brasília/DF - Tel: 31214-5900
 Sr. Luiz Claudio Godoy Elbel
 Secretário
 Apresentado e registrado sob nº000101237/
 Anotado a margem do registro nº0000003339
 Livro e folha A050-294 em 22/05/2017.
 Selo Digital: TJDFT201702200442420EVU
 Para consultar o selo, acesse
 www.tjdft.jus.br
 Antonio Fernandes Quintino do Sou
 Procurador Autorizado